

600 QUESTÕES GABARITADAS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Conteúdo:

- › Teoria da Constituição
- › Princípios Fundamentais da República
- › Teoria dos Direitos Fundamentais
- › Direitos Individuais
- › Direitos Sociais
- › Direitos da Nacionalidade
- › Direitos Políticos
- › Partidos Políticos
- › Administração Pública – Disposições Gerais e Servidores Públicos
- › Organização dos Poderes
- › Poder Legislativo
- › Poder Executivo
- › Poder Judiciário
- › Processo Legislativo
- › Funções Essenciais à Justiça
- › Controle de Constitucionalidade
- › Defesa do Estado e das Instituições Democráticas
- › Ordem Econômica e Financeira
- › Ordem Social
- › Organização dos Poderes
- › Poder Legislativo
- › Poder Executivo
- › Poder Judiciário
- › Processo Legislativo
- › Funções Essenciais à Justiça
- › Controle de Constitucionalidade
- › Defesa do Estado e das Instituições Democráticas
- › Ordem Econômica e Financeira
- › Ordem Social





CÓD: SL-019JH-22
7908433223498

DIREITO CONSTITUCIONAL

PRATICANDO

600 Questões Gabaritadas



ÍNDICE

1. Teoria Da Constituição	05
2. Princípios Fundamentais Da República	13
3. Teoria Dos Direitos Fundamentais	19
4. Direitos Individuais	27
5. Direitos Sociais	35
6. Direitos Da Nacionalidade	43
7. Direitos Políticos	51
8. Partidos Políticos	59
9. Administração Pública – Disposições Gerais E Servidores Públicos	67
10. Organização Dos Poderes	75
11. Poder Legislativo	83
12. Poder Executivo	89
13. Poder Judiciário	97
14. Processo Legislativo	103
15. Funções Essenciais À Justiça	111
16. Controle De Constitucionalidade	119
17. Defesa Do Estado E Das Instituições Democráticas	127
18. Ordem Econômica E Financeira	135
19. Ordem Social	143
20. Organização Político-Administrativa do Estado	151

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

TEORIA DA CONSTITUIÇÃO

1.(SELECON - GUARDA MUNICIPAL (PREF SÃO GONÇALO)/NÍVEL III/2022)

Ana Inova inicia seus estudos de interpretação da Constituição quando se depara com o conceito de Constituição dirigente, que estabelece os contornos da atividade do Estado. Segundo críticas que atualmente são feitas a essa perspectiva, a qual influi na interpretação das normas constitucionais, a Constituição dirigente gera o:

- (A) movimento de mudanças políticas ilimitadas
- (B) engessamento da ação política do Estado
- (C) distanciamento da ação política popular
- (D) colapso das instituições políticas

2.(AOCP - AUXILIAR DE ADMINISTRAÇÃO (PREF BELÉM (PA))/2022)

Com relação à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não é a norma jurídica de grau mais elevado do ordenamento jurídico brasileiro.
- (B) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é um conjunto de regras imutáveis, sistematizadas e organizadas em um texto único.
- (C) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 foi imposta, de modo unilateral, por um governante e instaurou a ditadura que perdura até hoje no Brasil.
- (D) A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é a lei de grau mais elevado no ordenamento jurídico brasileiro e pode ser compreendida como um sistema de normas que regula a forma do Estado, a forma de governo e os direitos e garantias fundamentais.
- (E) Para a alteração das normas constitucionais, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não exige um processo legislativo distinto, mais solene e dificultoso do que o processo para a alteração das normas não constitucionais.

3.(QUADRIX - AGENTE ADMINISTRATIVO (CRBM 4 PA)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

No que se refere aos conceitos e à classificação das constituições, julgue o item a seguir.

As constituições rígidas são aquelas que determinam uma forma solene de alteração, por meio de emenda constitucional.

- () CERTO
- () ERRADO

4.(QUADRIX - AGENTE ADMINISTRATIVO (CRBM 4 PA)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

No que se refere aos conceitos e à classificação das constituições, julgue o item a seguir.

No sentido jurídico, Hans Kelsen conceitua a constituição como a soma dos fatores reais de poder dentro de uma sociedade, da forma como ela é na prática.

- () CERTO
- () ERRADO

5.(QUADRIX - AGENTE ADMINISTRATIVO (CRBM 4 PA)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

No que se refere aos conceitos e à classificação das constituições, julgue o item a seguir.

A constituição semirrígida é aquela que é uma mescla da rígida e da flexível, contendo matérias que podem ser alteradas pelo processo ordinário ou simples (flexíveis) e matérias que pressupõem um processo de modificação mais sofisticado e difícil.

- () CERTO
- () ERRADO

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA

1.(FUNDATEC - ANALISTA DE GESTÃO EM SAÚDE (IPE SAÚDE)/ADMINISTRAÇÃO/2022 (E MAIS 13 CONCURSOS)

A República Federativa do Brasil, conforme consta na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 4º, em relação às suas relações internacionais, deve reger-se por alguns princípios.

Assinale a alternativa que NÃO apresenta um desses princípios.

- (A) Independência nacional.
- (B) Autodeterminação dos povos.
- (C) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- (D) Solução pacífica dos conflitos.
- (E) Igualdade entre os Estados.

2.(AOC - ASSISTENTE EM PREVIDÊNCIA (IPE PREV)/2022)

Em relação aos princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Social.
- (B) São Poderes da União, dependentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- (C) A igualdade entre os Estados e o repúdio ao terrorismo e ao racismo são princípios que regem a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais.
- (D) Construir uma sociedade livre, justa e solidária é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- (E) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América, visando à formação de uma comunidade americana de nações.

3.(FCC - EDUCADOR SOCIAL (PREF RECIFE)/2022)

A Constituição brasileira é a Constituição de um país de economia de mercado; de um país capitalista, se se preferir. O sistema econômico capitalista é fundado na desigualdade e dela depende: para que o capitalismo funcione, é preciso que haja o capitalista e o empregado, por exemplo, que sempre estarão em condições desi-

guais. O Direito pode regular as relações de trabalho de modo a proteger quem é mais vulnerável nessa relação. Isso só faz sentido se o Direito não tiver por fim eliminar a relação desigual, mas regulá-la, protegendo a parte mais fraca. Assim, a Constituição não é refratária à desigualdade econômica em si.

(Adaptado de: FOLLONI, A.; FLORIANI NETO, A. B. "Desigualdade econômica na Constituição...". *Novos Estudos Jurídicos*, v. 23, n. 2, maio/ago. 2018, p. 593)

Considerando as informações presentes no texto e o próprio documento da Carta Magna brasileira, entende-se que a Constituição Federal de 1988 regula as relações presentes na sociedade brasileira quando afirma a

- (A) erradicação da pobreza e da marginalização, em seu artigo 4º.
- (B) redução das desigualdades sociais e regionais, em seu artigo 3º.
- (C) solução pacífica dos conflitos, em seu artigo 4º.
- (D) plena liberdade de associação para fins lícitos, em seu artigo 5º.
- (E) livre expressão da atividade intelectual, em seu artigo 5º.

4.(QUADRIX - AGENTE ADMINISTRATIVO (CRBM 4 PA)/2021 (E MAIS 2 CONCURSOS)

A respeito dos direitos e das garantias fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988, julgue o item a seguir.

O pluralismo político é um princípio fundamental que garante a inclusão dos diferentes grupos sociais no processo político nacional, outorgando aos cidadãos a liberdade de convicção filosófica e política.

- () CERTO
- () ERRADO

5.(FUNDATEC - FISCAL DE TRIBUTOS (PREF TRAMANDAÍ)/2021)

Segundo Art. 2º da Constituição Federal, são poderes da União, EXCETO o Poder:

- (A) Moderador.
- (B) Executivo.
- (C) Legislativo.
- (D) Judiciário.

DIREITOS INDIVIDUAIS

DIREITOS INDIVIDUAIS

1.(VUNESP - TÉCNICO LEGISLATIVO (CMSJC)/2022)

Suponha que João cometeu um crime e após o trâmite regular do processo foi considerado culpado e, consequentemente, condenado a cumprir pena. De acordo com o disposto no art. 5º da Constituição Federal, é correto afirmar que a pena imputada a João poderá ser de

- (A) morte, caso ele tenha cometido crime hediondo.
- (B) caráter perpétuo, caso ele tenha cometido crime de racismo.
- (C) trabalhos forçados .
- (D) interdição de direitos.
- (E) banimento.

2.(FGV - INSPETOR DE POLÍCIA (PC RJ)/2022)

Eunice, servidora pública estadual, preencheu os requisitos para a fruição de determinado benefício assegurado pelo regime jurídico único dos servidores. Ocorre que, no dia anterior àquele em que iria requerê-lo, a lei foi alterada, e o benefício, suprimido. Apesar disso, um amigo lhe informou, corretamente, que o seu direito ao benefício não seria afetado pela nova lei, o que decorria da garantia constitucional do(a):

- (A) coisa julgada;
- (B) direito adquirido;
- (C) ato jurídico perfeito;
- (D) expectativa legítima;
- (E) legalidade imanente.

3.(FGV - INSPETOR DE POLÍCIA (PC RJ)/2022)

Determinada associação, direcionada ao desenvolvimento psicossocial da pessoa e da família, foi objeto de muitas críticas no âmbito da Secretaria de Apoio Familiar do Estado-membro Alfa. Argumentava-se que diversas atividades desenvolvidas pela associação eram moralmente reprováveis, além de representarem apologia ao crime.

Em razão desses fatos, a assessoria jurídica foi consultada a respeito da possibilidade de a associação ter suas atividades suspensas, sendo respondido, corretamente, que a suspensão alvitada:

- (A) somente seria possível após a condenação em processo administrativo;
- (B) somente seria possível por decisão judicial, independentemente do trânsito em julgado;
- (C) não seria possível, pois a liberdade de associação tem estatura constitucional;
- (D) exige decisão transitada em julgado, quer seja proferida em processo administrativo, quer em processo judicial;
- (E) exige o julgamento do ilícito em processo administrativo, requisito da ação judicial na qual a suspensão será requerida.

4.(FGV - DEFENSOR PÚBLICO DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL/2022/XVIII)

Joana inscreveu-se em concurso público destinado ao provimento de determinado cargo efetivo do Estado Beta. Ao ser comunicada da data de realização da avaliação correspondente à segunda fase do certame, percebeu que isto ocorreria justamente em um dia da semana no qual sua religião não permitia a prática de qualquer atividade.

Considerando a forma como a liberdade de religião é tratada pela ordem constitucional, é correto afirmar que Joana:

- (A) tem o direito público subjetivo à alteração da data de realização de sua avaliação, qualquer que seja a sua natureza;
- (B) pode ter, ou não, a data de realização da avaliação alterada, o que reflete ato discricionário da Administração, que sequer carece de motivação;
- (C) não pode ser autorizada a realizar a prova em data distinta, já que a laicidade do Estado impede que os praticantes de uma religião sejam privilegiados;
- (D) pode vir a ter alterada a data da avaliação, desde que presentes a razoabilidade, a preservação da igualdade e não haja ônus desproporcional para a Administração.

DIREITOS SOCIAIS

DIREITOS SOCIAIS

1.(FGV - JUIZ ESTADUAL (TJ AP)/2022)

Maria, servidora ocupante de cargo em comissão no Município Delta, adotou João Pedro, de 11 anos de idade. Ato contínuo, consultou o regime jurídico único dos servidores públicos municipais e constatou que a licença parental básica, reconhecida aos servidores adotantes, era de noventa dias, período reduzido para trinta dias quando o adotado tivesse mais de 10 anos de idade, isso sem qualquer consideração em relação a possíveis períodos de prorrogação. No entanto, somente faziam jus a essa licença os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo, não aqueles livremente demissíveis pela autoridade competente.

À luz da sistemática constitucional, o regime jurídico único dos servidores públicos do Município Delta:

- (A) é inconstitucional na parte que restringe a fruição da licença aos ocupantes de cargos de provimento efetivo e estabelece períodos de fruição inferiores ao da licença gestante;
- (B) é inconstitucional apenas na parte em que estabelece o período de fruição de trinta dias quando o adotado tiver mais de 10 anos de idade;
- (C) não apresenta qualquer vício de inconstitucionalidade em relação aos servidores que podem fruir a licença e aos respectivos períodos de fruição; é inconstitucional apenas na parte que restringe a fruição da licença aos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo;
- (D) é inconstitucional apenas na parte em que estabelece períodos de fruição inferiores ao da licença gestante.

2.(FUNDATEC - TÉCNICO DE GESTÃO EM SAÚDE (IPE SAÚDE)/2022)

Previstos na Constituição Federal de 1988, o fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), o repouso semanal remunerado, as férias anuais remuneradas e a licença à gestante são alguns dos direitos dos trabalhadores:

- (A) Urbanos.
- (B) Rurais.
- (C) Urbanos e rurais.
- (D) Informais.
- (E) Urbanos, rurais e informais.

3.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (FUNPESP-EXE)/JURÍDICA/2022)

Com base no texto da Constituição Federal de 1988, julgue o item seguinte.

O pagamento, pelo empregador, do seguro de acidente de trabalho exclui a sua responsabilidade civil em face de eventual indenização a que o empregado faça jus em razão de acidente laboral.

- () CERTO
- () ERRADO

4.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (FUNPESP-EXE)/JURÍDICA/2022)

Com base na jurisprudência majoritária e atual do Supremo Tribunal Federal, julgue o item que se segue.

É inconstitucional a assinatura de acordo coletivo de trabalho para permitir que empregadas grávidas trabalhem expostas a condições insalubres, ainda que essas empregadas consentam em permanecer atuando em atividades que as exponham a tais condições.

- () CERTO
- () ERRADO

5.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA (DPE RO)/JURÍDICA/2022)

Os direitos sociais são uma garantia constante da Constituição Federal de 1988, entre os quais se encontra previsto o

- (A) direito à moradia.
- (B) direito das presidiárias de permanecer com seus filhos durante o período da amamentação.
- (C) direito à propriedade.
- (D) direito à gratuidade do registro civil de nascimento e da certidão de óbito.
- (E) direito à assistência jurídica integral e gratuita.

DIREITOS DA NACIONALIDADE

DIREITOS DA NACIONALIDADE

1. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-TO - DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO)

A Constituição Federal de 1988 dispõe que não deve haver distinção legal entre brasileiros natos e naturalizados, com exceção dos casos previstos no próprio texto constitucional. Conforme as disposições da Constituição Federal de 1988, são privativos de brasileiros natos os cargos de

- (A) ministro do Superior Tribunal de Justiça e oficial das Forças Armadas.
- (B) carreira diplomática e ministro da justiça.
- (C) presidente da República e presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- (D) presidente do Senado Federal e vice-presidente da República.
- (E) ministro do Supremo Tribunal Federal e ministro da Casa Civil.

2. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-PB - DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL)

Suponha que João nasça no Brasil e seja filho de pai e mãe argentinos que estejam em território brasileiro a serviço do Uruguai. Suponha, ainda, que Sandro nasça na Itália e seja filho de pai brasileiro que resida há algum tempo no exterior, por interesse pessoal de estudo. Suponha, também, que Jaqueline nasça na Espanha e seja filha de mãe brasileira, a serviço da República Federativa do Brasil naquele país. Nessa situação, no momento do nascimento, é(são) brasileiro(s) nato(s)

- (A) João, Sandro e Jaqueline.
- (B) João e Jaqueline, somente.
- (C) Jaqueline, somente.
- (D) Sandro e Jaqueline, somente.
- (E) João, somente.

3. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - AL-CE - TÉCNICO LEGISLATIVO)

A CF exige que determinados cargos eletivos sejam ocupados por brasileiro nato. Nesse contexto, um brasileiro naturalizado ou português equiparado poderá

- (A) candidatar-se a presidente ou vice-presidente da República, desde que um desses cargos seja ocupado por brasileiro nato.

(B) candidatar-se a vice-presidente da República, desde que o candidato a presidente seja brasileiro nato.

(C) candidatar-se a vice-governador, desde que o candidato a governador seja brasileiro nato.

(D) concorrer a cargo de deputado federal ou senador, desde que não ocupe cargo de presidência nas comissões permanentes da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

(E) concorrer a cargo de deputado federal ou senador, desde que não ocupe cargo de presidente da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

4. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - SEFAZ-RR - AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS ESTADUAIS)

Acerca dos direitos fundamentais, assinale a opção correta.

(A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, a qualquer hora do dia ou da noite, por determinação judicial.

(B) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigida apenas prévia autorização da autoridade competente.

(C) Nenhuma pena passará da pessoa do condenado, sendo proibida a execução, contra herdeiros não participantes do delito, da obrigação de reparar o dano.

(D) Mesmo em caso de iminente perigo público, a autoridade competente só poderá usar de propriedade particular se houver prévia autorização do respectivo proprietário, assegurada a ele indenização ulterior, se houver dano.

(E) Nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

DIREITOS POLÍTICOS

DIREITOS POLÍTICOS

1.(FGV - INVESTIGADOR POLICIAL (PC RJ)/2022)

Maria, de nacionalidade brasileira nata, e João, de nacionalidade alemã nata, mas que estava residindo no território brasileiro, travaram intenso debate a respeito dos direitos de cada qual perante a Constituição da República de 1988.

Ao final, concluíram, corretamente, que:

- (A) somente Maria é cidadã, requisito para a fruição dos direitos fundamentais;
- (B) somente Maria possui direitos fundamentais e pode ter direitos políticos;
- (C) João tem direitos idênticos aos de Maria, desde que haja reciprocidade na Alemanha;
- (D) somente Maria pode ter direitos políticos, embora ela e João possuam direitos fundamentais;
- (E) Maria e João possuem direitos idênticos sob o prisma constitucional, mas a lei pode restringir os direitos de João.

2.(FGV - INVESTIGADOR POLICIAL (PC RJ)/2022)

O Partido Político Alfa, pela primeira vez em sua história, teve filiados eleitos para cargos eletivos do Congresso Nacional.

Para que esse partido faça jus aos recursos do fundo partidário, preenchidos os demais requisitos exigidos, é necessário que, nas eleições para:

- (A) o Senado Federal, tenha elegido pelo menos três senadores;
- (B) a Câmara dos Deputados, tenha elegido pelo menos quinze deputados federais;
- (C) o Congresso Nacional, considerado em sua inteireza, tenha elegido pelo menos quinze parlamentares;
- (D) a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, tenha elegido pelos menos três parlamentares em cada Casa;
- (E) a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, tenha elegido pelos menos cinco parlamentares em cada Casa.

3.(FGV - OAB UNIFICADO - NACIONAL/2022/XXXIV EXAME)

Faltando um ano e meio para a eleição dos cargos políticos federais e estaduais, é promulgada pelo Presidente da República uma lei que estabelece diversas alterações no processo eleitoral. Alguns partidos políticos se insurgem, alegando ser inconstitucional que essa lei produza efeitos já na próxima eleição. Afirmam que uma nova lei eleitoral não pode ser aplicada na eleição imediata, pois isso contrariaria o princípio da anterioridade.

No que tange à discussão referida, a possibilidade de a referida lei produzir efeitos já nas próximas eleições é

- (A) constitucional, já que o lapso temporal, entre a data de entrada em vigor da lei e a data da realização da próxima eleição, não afronta a regra temporal imposta pela Constituição Federal.
- (B) inconstitucional, por violação expressa ao princípio da anterioridade da legislação eleitoral, nos limites que a Constituição Federal de 1988 a ele concedeu.
- (C) inconstitucional, porque qualquer alteração do processo eleitoral somente poderia vir a ocorrer por via do poder constituinte derivado reformador.
- (D) constitucional, pois a Constituição Federal não impõe ao legislador qualquer limite temporal para a realização de alteração no processo eleitoral.

4.(FADESP - CURSO DE HABILITAÇÃO DE OFICIAIS (PM PA)/ADMINISTRAÇÃO /"SEM ESPECIALIDADE"/2022/QOAPM (E MAIS 2 CONCURSOS)

Sobre os direitos políticos na Constituição Federal do Brasil de 1988 é certo afirmar que

- (A) o alistamento militar não é condição de elegibilidade.
- (B) o alistamento eleitoral não é condição de elegibilidade.
- (C) o alistamento eleitoral é obrigatório aos maiores de dezesesseis anos.
- (D) os conscritos podem alistar-se como eleitores.

PARTIDOS POLÍTICOS

PARTIDOS POLÍTICOS

1. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-PB - PROCURADOR DO ESTADO)

Com base no disposto na Constituição Federal, julgue os seguintes itens, relativos a direitos políticos e partidos políticos.

I Direito político passivo corresponde ao direito do eleitor de votar.

II O cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado implica perda dos direitos políticos.

III Em se tratando de eleições proporcionais, o mandato pertence ao candidato eleito, e não ao partido político sob cuja legenda o candidato disputou o processo eleitoral.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item II está certo.
- (C) Apenas os itens I e III estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

2. (CESPE - 2018 - TCE-MG - ANALISTA DE CONTROLE EXTERNO - CIÊNCIAS CONTÁBEIS)

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é assegurada a todos os partidos políticos

- (A) a utilização de organização paramilitar.
- (B) a recepção de recursos financeiros de entidade estrangeira, desde que declarados.
- (C) a obtenção de recursos do fundo partidário para custear o acesso a rádio e televisão.
- (D) a aquisição de personalidade jurídica na forma da lei civil.
- (E) a vinculação entre candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

3. (CESPE - 2018 - PGM - JOÃO PESSOA - PB - PROCURADOR DO MUNICÍPIO)

De acordo com a CF, os partidos políticos são

- (A) pessoas jurídicas de direito público às quais é vedado o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiros.

(B) pessoas jurídicas de direito público às quais é assegurada autonomia para definir sua estrutura interna e para estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios.

(C) pessoas jurídicas de direito público às quais é assegurada autonomia para adotar critérios de escolha e regime de suas coligações nas eleições majoritárias, desde que observada vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

(D) pessoas jurídicas de direito privado às quais é assegurada autonomia para adotar critérios de escolha e regime de suas coligações nas eleições majoritárias, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal.

(E) pessoas jurídicas de direito privado às quais é permitido o recebimento de recursos financeiros de entidade ou governo estrangeiro, nos termos da lei.

4. (CESPE - 2017 - TRE-TO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA)

Os partidos políticos

- (A) são pessoas jurídicas de direito privado.
- (B) dependem de autorização do Congresso Nacional para estruturar seu funcionamento.
- (C) podem ministrar instrução militar ou paramilitar.
- (D) adquirem personalidade jurídica com o registro do estatuto social no TSE.
- (E) devem submeter sua estrutura interna para aprovação do TSE.

5. (ESAF - 2008 - PREFEITURA DE NATAL - RN - AUDITOR DO TESOIRO MUNICIPAL - PROVA 1)

Assinale a opção correta acerca dos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

- (A) O exercício dos direitos sociais como educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, assistência aos desamparados, depende da existência de lei disciplinando cada um desses direitos.
- (B) É assegurada licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 180 dias.

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

1. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-RJ - DELEGADO DE POLÍCIA)

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 2.º, adota a tradicional separação de Poderes. Assim, o legislador constituinte garantiu relativa independência a cada um dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, como mecanismo apto a assegurar os fundamentos do Estado democrático de direito. Considerando que as constituições escritas foram concebidas com o objetivo precípuo de fixar instrumentos normativos de limitação do poder estatal, assinale a opção correta.

(A) A separação de Poderes está fundamentada no princípio da interdependência funcional: apesar da especialização dos Poderes, existe uma subordinação das funções executiva e jurisdicional ao Poder Legislativo, em razão do que dispõe o art. 1.º da Constituição Federal de 1988, ao estabelecer que a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado democrático de direito.

(B) A especialização funcional confere a cada um dos Poderes do Estado uma função precípua, que a doutrina denomina de função harmônica. Assim, embora o Poder Executivo disponha da função executiva, poderá exercer funções típicas dos Poderes Legislativo e Judiciário, caso haja autorização do Senado Federal, conforme previsto no art. 52 da Constituição Federal de 1988.

(C) Em razão da necessária harmonia entre os Poderes, o Poder Judiciário exerce sua função típica voltada para a atividade jurisdicional, solucionando as lides que lhes são apresentadas, mas também poderá exercer a função atípica de legislar, contanto que observe as regras do processo legislativo previstas no art. 59 e seguintes da Constituição Federal de 1988.

(D) Em razão da independência orgânica, os membros do Poder Legislativo gozam das denominadas imunidades parlamentares, com um conjunto de prerrogativas que lhes permitem atuar com independência no exercício da fiscalização do Poder Executivo.

(E) Em razão do disposto no art. 2.º da Constituição Federal de 1988, tanto a independência orgânica quanto a especialização funcional, típicas da divisão dos Poderes, devem ser exercidas de forma absoluta, afastando-se a possibilidade do exercício das funções chamadas atípicas por qualquer dos Três Poderes.

2. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - TJ-RJ - TÉCNICO JUDICIÁRIO)

No que se refere a controle judicial dos atos administrativos, mandado de segurança, ação popular e ação civil pública, julgue os itens seguintes.

I Ato do Poder Judiciário que examine atos do Poder Legislativo, sob o aspecto da legalidade e da moralidade, não fere o princípio de independência dos poderes.

II Caberá mandado de segurança contra decisão de juízo de primeiro grau que indefira petição inicial em uma ação de rito comum.

III A ação popular constitui-se de um instrumento processual apropriado para anular desvios de recursos públicos praticados por gestores de autarquias e empresas públicas estaduais no exercício dessa função.

IV Qualquer pessoa física capaz tem legitimidade para propor ação civil pública, com o objetivo de proteger o patrimônio público, o meio ambiente e o patrimônio artístico, histórico, turístico e paisagístico.

Assinale a opção correta.

(A) Apenas os itens I e II estão certos.

(B) Apenas os itens I e III estão certos.

(C) Apenas os itens I, II e III estão certos.

(D) Apenas os itens II, III e IV estão certos.

(E) Todos os itens estão certos.

3. (CESPE / CEBRASPE - 2019 - MPC-PA - ANALISTA MINISTERIAL - COMUNICAÇÃO SOCIAL)

Tendo em vista a doutrina dos freios e contrapesos e o princípio constitucional de que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são independentes e harmônicos entre si, é correto afirmar que interferências de um Poder sobre outro são

(A) totalmente vedadas pela Constituição Federal de 1988, que dispõe que cada Poder deve exercer funções exclusivas: o Executivo administra; o Legislativo legisla; e o Judiciário julga.

PODER LEGISLATIVO

PODER LEGISLATIVO

1.(FADESP - TÉCNICO LEGISLATIVO (CM MARABÁ)/2021)

Sobre o poder legislativo na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, pode-se afirmar que

- (A) cada legislatura tem duração de quatro anos.
- (B) o Senado Federal é composto por quatro senadores eleitos por cada Estado e pelo Distrito Federal.
- (C) o Senado Federal é composto por três senadores eleitos por cada Estado e um senador eleito pelo Distrito Federal.
- (D) o Senado Federal é composto por dois senadores eleitos por cada Estado e um senador eleito pelo Distrito Federal.
- (E) o Senado Federal é composto por dois senadores eleitos por cada Estado e pelo Distrito Federal.

2.(IESES - NOTÁRIO E REGISTRADOR (TJ RO)/REMOÇÃO/2021)

O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe do(a):

- I. Assembleia Legislativa.
- II. Câmara dos Deputados.
- III. Senado Federal.
- IV. Câmara de Vereadores.

A sequência correta é:

- (A) Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
- (B) As assertivas I, II, III e IV estão corretas.
- (C) Apenas a assertiva I está incorreta.
- (D) Apenas as assertivas II e III estão corretas.

3.(FCC - AGENTE DE FOMENTO EXTERNO (AFAP)/2019)

Considerando os dispositivos constitucionais a respeito do Poder Legislativo,

- (A) o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, eleitos segundo o princípio majoritário.

(B) cada unidade da Federação com representação no Senado Federal elegerá 3 Senadores, com mandato de 8 anos.

(C) a Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema majoritário, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

(D) o número de representantes de cada unidade da Federação na Câmara dos Deputados será estabelecido de forma paritária, por meio de lei complementar, no ano anterior às eleições, a fim de garantir o equilíbrio da Federação.

(E) cada Senador será eleito com 3 suplentes.

4.(CEBRASPE (CESPE) - ASSISTENTE DE PROCURADORIA (PGE PE)/2019)

A respeito dos direitos políticos e dos partidos políticos, julgue o item seguinte.

A adoção do modelo proporcional em eleições de deputados fere o princípio da eleição direta, pois a eleição de um deputado não deve depender dos votos recebidos por outros candidatos do partido ou por sua legenda

- () CERTO
- () ERRADO

5.(IBADE - AGENTE DE DEFESA CIVIL (PREF JARU)/2019)

Segundo a organização dos poderes na Constituição Federal, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe:

- (A) da Câmara dos Lordes e do Senado da República.
- (B) da Câmara de Vereadores e do Senado da República.
- (C) da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.
- (D) apenas da Câmara dos Deputados.
- (E) apenas do Senado Federal.

PODER JUDICIÁRIO

PODER JUDICIÁRIO

1.(QUADRIX - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO (CRF AP)/2021)

O Brasil adotou a clássica teoria da tripartição das funções do Estado, sendo essas funções divididas entre Poderes devidamente organizados, independentes e harmônicos entre si. No que se refere ao Estado brasileiro e a seus Poderes estruturais, julgue o item.

Integram o Poder Judiciário os juízes de direito, os tribunais regionais, os tribunais superiores e o Ministério Público.

- () CERTO
() ERRADO

2.(FCC - ADVOGADO LEGISLATIVO (ALAP)/ATIVIDADE DE SERVIÇOS JURÍDICOS/PROCURADOR/2020)

- Não é órgão do Poder Judiciário o
(A) Superior Tribunal de Justiça Desportiva.
(B) Conselho Nacional de Justiça.
(C) Tribunal Militar instituído por lei.
(D) Superior Tribunal Militar.
(E) Tribunal Regional Eleitoral.

3.(INSTITUTO AOCP - ESCRIVÃO DE POLÍCIA (PC ES)/2019)

Quanto ao Poder Judiciário, a Constituição da República Federativa do Brasil prevê que

- (A) ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa, porém não é assegurada autonomia financeira.
(B) o Estatuto da Magistratura trata-se de Lei Ordinária de iniciativa do Supremo Tribunal Federal.
(C) são, dentre outros, órgãos do Poder Judiciário: o Conselho Nacional de Justiça, o Superior Tribunal de Justiça, o Tribunal Superior do Trabalho, os Tribunais e Juízes Eleitorais; os Tribunais e Juízes Militares.

(D) o quinto constitucional é a norma que prevê que um quinto dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais dos Estados, Distrito Federal e Territórios será composto por membros oriundos do Poder Executivo.

(E) o Supremo Tribunal Federal é composto por onze Ministros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela Câmara de Deputados.

4.(CEBRASPE (CESPE) - ANALISTA ADMINISTRATIVO DE PROCURADORIA (PGE PE)/CALCULISTA/2019 (E MAIS 3 CONCURSOS)

Ainda à luz da Constituição Federal de 1988, julgue o item subsequente.

São órgãos do Poder Judiciário, entre outros, os tribunais militares, o Tribunal Superior do Trabalho e os juízes eleitorais.

- () CERTO
() ERRADO

5.(FGV - TÉCNICO SUPERIOR ESPECIALIZADO (DPE RJ)/SERVIÇO SOCIAL/2019)

Compõem o Sistema de Justiça no Brasil:

- (A) Ministério Público, Promotoria e Defensoria Pública;
(B) Tribunal de Justiça, Varas Especiais e Código Penal;
(C) Ministério Público, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública;
(D) Código Penal, Defensoria Pública e Promotoria;
(E) Conselho Nacional de Justiça, Procuradoria-Geral da República e Ministério Público.

6.(FCC - OFICIAL DE JUSTIÇA (TJ MA)/2019)

Considere os seguintes órgãos:

- I. Conselho Nacional de Justiça.
II. Tribunais Militares.
III. Ministério Público.
IV. Advocacia-Geral da União.
V. Tribunais Eleitorais.

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

1. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-RO - OFICIAL DE DILIGÊNCIA)

Acerca do Ministério Público (MP), assinale a opção correta.

- (A) O MP é uma instituição única, embora tenha divisões funcionais.
- (B) A hierarquia no MP é funcional.
- (C) É permitida aos membros do MP a filiação partidária.
- (D) É permitido aos membros do MP em disponibilidade exercer outra função pública além do magistério.
- (E) No desempenho de suas funções, o MP está subordinado ao Supremo Tribunal Federal.

2. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - TJ-RJ - TÉCNICO JUDICIÁRIO)

No que se refere às funções essenciais à justiça, é correto afirmar que a advocacia pública caracteriza-se por

- (A) prestar atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Legislativo.
- (B) auxiliar o Congresso Nacional na fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União.
- (C) buscar a realização dos interesses da sociedade.
- (D) ser inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
- (E) ser essencial à função jurisdicional do Estado e promover gratuitamente a orientação jurídica e a defesa dos necessitados.

3. (CESPE / CEBRASPE - 2021 - PGE-PB - PROCURADOR DO ESTADO)

Com base na Constituição Federal (CF) e na jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a opção correta, no que se refere às funções essenciais à justiça.

- (A) A Advocacia-Geral da União é instituição que representa judicial e extrajudicialmente a União e as empresas públicas e sociedades de economia mista federais.
- (B) É inconstitucional emenda à Constituição estadual que trate de normas gerais para a organização do Ministério Público, bem como de atribuições de seus órgãos e membros.

(C) É constitucional o pagamento de honorários sucumbenciais aos procuradores dos estados, sendo o entendimento do STF pacífico no sentido de que esses não se sujeitam ao limite remuneratório previsto na CF, por se tratar de verba indenizatória.

(D) A jurisprudência pacífica do STJ entende que os defensores públicos necessitam de inscrição na OAB para exercerem suas atribuições, salvo aqueles que ingressaram antes da Constituição Federal de 1988.

(E) As procuradorias de estado têm autonomia administrativa e financeira.

4. (CESPE - 2019 - TJ-BA - CONCILIADOR)

No que se refere à Defensoria Pública, assinale a opção correta.

- (A) Aos defensores é assegurado o exercício da advocacia, desde que não seja contra o Estado.
- (B) Os servidores da Defensoria Pública são remunerados exclusivamente por subsídio fixado em parcela única.
- (C) A Defensoria Pública é instituição permanente para a defesa de todos e do Estado, em todos os graus de jurisdição.
- (D) Independência funcional, vitaliciedade e inamovibilidade são princípios institucionais da Defensoria Pública.
- (E) A proposta orçamentária das defensorias públicas estaduais é de iniciativa dos governadores de estado.

5. (CESGRANRIO - 2008 - TJ-RO - TÉCNICO JUDICIÁRIO - APOIO TÉCNICO)

O Ministério Público da União NÃO abrange o Ministério Público

- (A) Federal.
- (B) Eleitoral.
- (C) Militar.
- (D) do Trabalho.
- (E) do Distrito Federal.

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-TO - DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO)

Considere que tenha sido ajuizada, em tribunal de justiça local, uma ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo editado por município, tendo como parâmetro de controle dispositivo da Constituição Federal de 1988 (CF). Nesse caso, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), o controle abstrato de constitucionalidade

(A) deve ser exercido originariamente pelo STF, considerando-se que o parâmetro de controle são normas insertas na CF.

(B) não é cabível, pois o ato normativo municipal deve ser questionado no âmbito do controle difuso.

(C) pode ser exercido pelo tribunal de justiça, caso o parâmetro de controle invocado na ação seja norma de reprodução obrigatória na Constituição estadual.

(D) não deve ser admitido pelo tribunal de justiça, ainda que se trate de norma de reprodução obrigatória na Constituição estadual.

(E) pode ser exercido originariamente pelo STF, desde que se trate de norma de reprodução obrigatória.

2. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-RJ - DELEGADO DE POLÍCIA)

A respeito da figura denominada Estado de coisas inconstitucional, é correto afirmar que

(A) não se trata de medida reconhecida pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, que apenas admite o controle judicial de políticas públicas por meio de ações individuais ou coletivas, mas não controle por controle concentrado de constitucionalidade.

(B) encontra fundamento nos casos de inadimplemento reiterado de direitos fundamentais pelos poderes do Estado, sem que haja possibilidade de remédio para vias tradicionais, ocasião em que o tribunal assume o papel de coordenador de políticas públicas por meio da denominada tutela estruturante.

(C) é um dos mecanismos do sistema constitucional de crises, figurando ao lado do Estado de Defesa e do Estado de Sítio, que somente pode ser instaurado

após a convocação do Conselho da República, e permite a suspensão de certos direitos fundamentais, como o da liberdade de locomoção.

(D) é medida importada do Tribunal Constitucional da Colômbia, por meio do qual o Supremo Tribunal Federal declara a existência de uma violação massiva a direitos fundamentais, mas que se restringe a papel exclusivamente simbólico.

(E) a declaração do Estado de coisas inconstitucional é inviável em sede de controle concentrado de constitucionalidade, tendo-se em vista que, nesse modelo, somente se aprecia o conteúdo da lei em tese em face do parâmetro constitucional.

3. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PGE-RO - PROCURADOR DO ESTADO)

A ação direta de constitucionalidade é ação de controle de constitucionalidade

(A) abstrato que pode ser ajuizada perante o STF contra ato normativo estadual.

(B) difuso que pode ser ajuizada perante o STF contra ato normativo federal.

(C) concentrado cuja decisão definitiva de mérito perante o STF produz eficácia ex tunc, erga omnes e vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário e ao Poder Executivo.

(D) incidental que pode ser ajuizada perante o STF pelo presidente da Ordem dos Advogados do Brasil.

(E) abstrato que pode ser ajuizada perante o STF por governador de estado, admitindo-se intervenção de terceiros no processo.

4. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PC-PB - DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL)

Se, em ação direta de inconstitucionalidade proposta perante o Supremo Tribunal Federal, for alegada a inconstitucionalidade de certa lei federal,

(A) a decisão definitiva de mérito vinculará o Poder Legislativo.

(B) o Poder Legislativo ficará impossibilitado de revogar a lei questionada.

(C) o Poder Legislativo ficará impossibilitado de reeditar o diploma julgado inconstitucional.

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

1. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-TO - DEFENSOR PÚBLICO SUBSTITUTO)

Uma contribuição de intervenção no domínio econômico

- (A) não pode incidir sobre receitas de importação de produtos estrangeiros.
- (B) não pode ter alíquota ad valorem.
- (C) não pode incidir sobre receitas de importação de serviços estrangeiros.
- (D) pode ter alíquota específica.
- (E) pode incidir sobre receitas decorrentes de exportação.

2. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PGE-RO - PROCURADOR DO ESTADO)

Lei estadual que vincule 60% do produto da arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu respectivo território para programas estaduais de recuperação de rodovias e de educação para o trânsito é

- (A) legal, por haver pertinência temática na vinculação.
- (B) inconstitucional, porque o estado não pode dispor de parte da receita pertencente a município.
- (C) inconstitucional, visto que o estado não pode dispor de parte da receita pertencente à União.
- (D) constitucional, pois compete a lei estadual dispor sobre a destinação de receitas pertencentes ao estado.
- (E) ilegal, uma vez que não há pertinência temática na vinculação.

3. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - PGE-RO - PROCURADOR DO ESTADO)

A respeito dos valores e princípios que tutelam a ordem econômica, assinale a opção correta.

- (A) A valorização do trabalho humano exige que o Estado garanta emprego digno para todo trabalhador, de modo a efetivar os direitos sociais.
- (B) A livre iniciativa impede que o Estado restrinja o exercício lícito da atividade econômica.
- (C) A função social da propriedade refere-se à utilização racional no uso da propriedade privada, sob pena de expropriação.

(D) O princípio da defesa ao meio ambiente, ao preservar a diversidade ecológica, restringe o desenvolvimento econômico.

(E) A proteção à livre concorrência é garantida por um estrito arcabouço normativo que pauta como o mercado pode atuar.

4. (CESPE / CEBRASPE - 2022 - DPE-PA - DEFENSOR PÚBLICO)

No que concerne à interpretação das regras constitucionais e legais referentes ao imóvel rural, o STF entende que é impenhorável para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva

- (A) pequena propriedade rural familiar constituída de um único terreno com área total inferior a dois módulos fiscais do município de localização.
- (B) pequena propriedade rural familiar constituída de mais de um terreno, desde que contínuos e com área total inferior a quatro módulos fiscais do município de localização.
- (C) pequena ou média propriedade rural constituída de um único terreno com área total inferior a oito módulos fiscais do município de localização.
- (D) pequena ou média propriedade rural constituída de um ou mais terrenos, contínuos ou não, com área total inferior a dez módulos fiscais do município de localização.
- (E) qualquer propriedade rural com área total inferior a vinte módulos fiscais do município de localização, desde que seu proprietário não possua outra propriedade rural.

5. (CESGRANRIO - 2019 - UNIRIO - MÉDICO - CIRURGIA PLÁSTICA)

Em momento de reforma no sistema previdenciário nacional, entre as opções apresentadas, constam a que propõe majorar as alíquotas devidas pelos trabalhadores em geral e a que propõe aumentar a contribuição das empresas.

Nos termos da Constituição Federal, essa contribuição das empresas se dá por intermédio da contribuição social sobre o

- (A) lucro
- (B) serviço
- (C) rendimento
- (D) excedente
- (E) prejuízo

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO

ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO

1. (FGV - 2022 - SSP-AM - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR) Após intensa mobilização da sociedade civil organizada, determinado Estado da federação editou a Lei nº XX, prevendo a concessão de subsídios financeiros às famílias que acolhessem, sob a forma de guarda, crianças e adolescentes órfãos ou que se encontrassem abandonados.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que Lei estadual nº XX é

(A) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria, mas é admitida, sob o prisma material, a concessão de subsídios na forma indicada.

(B) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria, além de não ser admitida, sob o prisma material, a concessão de subsídios na forma indicada.

(C) constitucional, pois também compete ao Estado legislar sobre a matéria, desde que observadas as normas gerais da União, sendo possível a concessão de subsídios na forma indicada.

(D) inconstitucional, pois, apesar de competir concorrentemente à União e aos Estados legislar sobre a matéria, é vedado o direcionamento de recursos públicos para a finalidade indicada.

(E) constitucional, pois compete privativamente ao Estado legislar sobre as hipóteses de estímulo ao acolhimento, mediante guarda, de crianças e adolescentes nas situações indicadas.

2. (FGV - 2022 - SSP-AM - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR) Pedro, Deputado Estadual, consultou sua assessoria a respeito da constitucionalidade formal de um projeto de lei que pretendia apresentar. Após analisá-lo, a assessoria constatou que o projeto incursionava em matéria de competência legislativa privativa da União, concluindo corretamente que

(A) é peremptoriamente vedado ao Estado legislar sobre a matéria, o que significa dizer que nem a União pode autorizá-lo.

(B) o Estado somente pode legislar sobre a temática caso a lei ordinária da União, que a discipline, o autorize de maneira expressa.

(C) é vedado ao Estado legislar sobre a matéria, mas a União pode autorizá-lo, por meio de lei complementar, em questões específicas.

(D) o Estado pode apenas complementar as normas

editadas pela União no exercício dessa competência, as quais sempre terão preeminência.

(E) o Estado pode legislar sobre a matéria apenas naquilo que diga respeito a interesse unicamente local, contextualizado apenas em seu território.

3. (FGV - 2022 - SSP-AM - TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR) A Constituição do Estado Alfa, com o objetivo de uniformizar e aumentar a eficiência das estruturas orgânicas dos Municípios situados em seu território, estabeleceu regras, baseadas na densidade demográfica e na arrecadação, para a criação de secretarias municipais, sendo cogente a observância dos quantitativos máximos e mínimos ali fixados.

Ao tomar conhecimento dessas regras, o Prefeito do Município Alfa consultou sua assessoria a respeito da compatibilidade com a Constituição da República.

A assessoria respondeu corretamente que as referidas regras são

(A) constitucionais, pois, na federação brasileira, as normas dos entes federados de ordem superior vinculam os de ordem inferior.

(B) constitucionais, pois os Municípios estão vinculados às normas da Constituição Estadual por força do princípio da simetria.

(C) constitucionais, pois o princípio da eficiência está previsto na Constituição da República, devendo ser observado por todos os entes federativos.

(D) inconstitucionais, pois, ao disporem sobre a organização administrativa dos Municípios, afrontaram a autonomia política desses entes.

(E) inconstitucionais, pois a Constituição Estadual não pode veicular nenhuma norma a ser aplicada pelos Municípios, entes autônomos em relação ao Estado.

4. (FGV - 2022 - PC-AM - DELEGADO DE POLÍCIA - EDITAL Nº 01) A Lei nº XX do Estado Alfa, com o objetivo de aumentar a eficiência da atuação administrativa, disciplinou a atividade de despachante perante os órgãos públicos, tanto do Estado como dos Municípios situados em seu território.

Considerando os balizamentos estabelecidos, que se estendiam dos requisitos de escolaridade e habilitação a serem preenchidos até a forma como os atos deveriam ser praticados, houve grande insatisfação de parte da categoria.

Instado a se pronunciar, um advogado respondeu corretamente que a Lei nº XX é